

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.532.856 - SP (2019/0189115-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
EMBARGANTE : MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A
ADVOGADOS : PAULO AFFONSO CIARI DE ALMEIDA FILHO - SP130053
FABRICIO FAGGIANI DIB - SP256917
PRISCILA CASSOLI LEITE - SP308622
GUSTAVO MARANEZI SIPAN - SP408639
PATRICIA YAMAMOTU FERREIRA SOARES - SP330829
EMBARGADO : OSWALDO DOS SANTOS BURGHETI
ADVOGADO : ADRIANO MEASSO - SP180483
EMBARGADO : NATASHA MARIA ZANINI
EMBARGADO : JOAO HENRIQUE RODRIGUES ZANINI
REPR. POR : CAROLINA RODRIGUES DOS SANTOS
ADVOGADOS : RONALDO ARDENGHE - SP152848
LEANDRO LOMBARDI CASSEB - SP329583

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos à decisão que conheceu do agravo e deu parcial provimento ao recurso especial, determinando que a seguradora responda pelos danos morais nos limites previstos na apólice em cláusula específica (e-STJ fls. 561/565).

A embargante alega que "a condenação da Seguradora neste processo é totalmente desprovida de fundamentos e não merece prosperar, devendo ser sanada tal nulidade processual e a demanda ser extinta em face da Seguradora" (e-STJ fl. 570).

Defende, ainda, que "o fundamento para o não acolhimento da ilegitimidade é a Súmula n. 83 do STJ, que possibilita o manejo de ação diretamente contra a Seguradora em litisconsórcio com o Segurado, o que não é o caso dos autos" (e-STJ fl. 570).

Os embargados não apresentaram impugnação (e-STJ fl. 578).

É o relatório.

Decido.

Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art. 1.022 do CPC/2015, o que não é o caso dos autos.

Diferente do que alega a parte, a decisão embargada apreciou, de forma clara e fundamentada, a questão referente à alegada ilegitimidade passiva da seguradora, concluindo que, de acordo com a jurisprudência do STJ, a seguradora é parte legítima para figurar no polo passivo da demanda em litisconsórcio com o segurado.

Ressalte-se que o fato de o segurado ter falecido antes da propositura da demanda não impede a denúncia à lide oferecida pelo seu pai.

Com efeito, para esta Corte Superior, o espólio tem legitimidade para figurar no polo passivo de ação que poderia ser ajuizada em face do autor da herança, acaso estivesse

vivo, e será representado pelo administrador provisório da herança, na hipótese de não haver inventariante compromissado. A propósito:

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO DE CUJUS. POSSIBILIDADE DE EMENDA À INICIAL ATÉ A CITAÇÃO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE INVENTÁRIO DOS BENS DO FALECIDO. LEGITIMIDADE DO ESPÓLIO PARA FIGURAR COMO DEVEDOR EM AÇÃO DE EXECUÇÃO. REPRESENTAÇÃO. ADMINISTRADOR PROVISÓRIO. POSSIBILIDADE.

1. Até a citação, a parte autora pode emendar a inicial, com a correção do pólo passivo, em razão de não ter ocorrido a estabilização do processo. Inteligência dos arts. 264 e 294 do CPC.

2. O Tribunal de origem, embora fundado em premissa equivocada, manifestou-se expressamente quanto à questão suscitada pelo recorrente, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional.

3. Pelo princípio da saisine, previsto no art. 1.784 do CC-02, a morte do de cujus implica a imediata transferência do seu patrimônio aos sucessores, como um todo unitário, que permanece em situação de indivisibilidade até a partilha.

4. Enquanto não realizada a partilha, o acervo hereditário - espólio - responde pelas dívidas do falecido (art. 597 do CPC) e, para tanto, a lei lhe confere capacidade para ser parte (art. 12, V, do CPC).

5. Acerca da capacidade para estar em juízo, de acordo com o art.

12, V, do CPC, o espólio é representado, ativa e passivamente, pelo inventariante. No entanto, até que o inventariante preste o devido compromisso, tal representação far-se-á pelo administrador provisório, consoante determinam os arts. 985 e 986 do CPC.

6. O espólio tem legitimidade para figurar no pólo passivo de ação de execução, que poderia ser ajuizada em face do autor da herança, acaso estivesse vivo, e será representado pelo administrador provisório da herança, na hipótese de não haver inventariante compromissado.

7. Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 1386220/PB, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/09/2013, DJe 12/09/2013.)

Dessa maneira, o simples fato de a decisão recorrida ser contrária aos interesses da parte não configura nenhum dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC/2015. A propósito:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EFEITOS INFRINGENTES. NÃO CABIMENTO. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 1.022 E INCISOS DO CPC DE 2015. JULGADO EMBARGADO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Depreende-se do artigo 1.022, e seus incisos, do novo Código de Processo Civil, que os embargos de declaração são cabíveis quando constar, na decisão recorrida, obscuridade, contradição, omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado o julgador, ou até mesmo as condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida. Não se prestam os aclaratórios ao simples reexame de questões já analisadas, com o intuito de dar efeito infringente ao recurso.

(...)

6. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no AREsp n. 818.417/SP, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/6/2016, DJe 23/6/2016.)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. NÃO CABIMENTO.

1. Rejeitam-se os embargos declaratórios quando, no acórdão embargado, não há nenhum dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC/2015.

2. Os embargos de declaração não se prestam para provocar o reexame de matéria já apreciada.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no AREsp n. 828.762/CE, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/6/2016, DJe 1º/7/2016.)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. REJEIÇÃO.

1. Esta Corte Superior de Justiça firmou compreensão segundo a qual, nos termos da legislação processual de regência, prestam-se os embargos declaratórios ao suprimento de omissão, à harmonização de pontos contraditórios ou ao esclarecimento de obscuridades, com o intuito de se ter por afastados óbices que, porventura, comprometam a viabilidade da execução do decisum.

2. Seguindo a mesma esteira de posicionamento, a rejeição será inevitável quando ausentes os vícios previstos no art. 1.022, *caput*, parágrafo único e respectivos incisos, do CPC/2015, sobretudo por não se coadunar a via aclaratória com o propósito de rejulgamento da causa.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no AREsp n. 828.944/SP, Relatora Ministra DIVA MALERBI, DESEMBARGADORA CONVOCADA do TRF 3ª REGIÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/6/2016, DJe 28/6/2016.)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DO PREPARO QUANDO DA INTERPOSIÇÃO DO APELO ESPECIAL. AUSÊNCIA DA RESPECTIVA GUIA DE RECOLHIMENTO. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Os Embargos de Declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou erro material existente no julgado.

(...)

4. Não se constatando a presença de quaisquer dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC/2015, a discordância da parte quanto ao conteúdo da decisão não autoriza o pedido de declaração, que tem pressupostos específicos, os quais não podem ser ampliados.

5. Embargos de Declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no REsp n. 1.546.848/PE, Relator Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/6/2016, DJe 23/6/2016.)

Assim, não se constata nenhum dos casos de cabimento dos embargos de declaração.

Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator